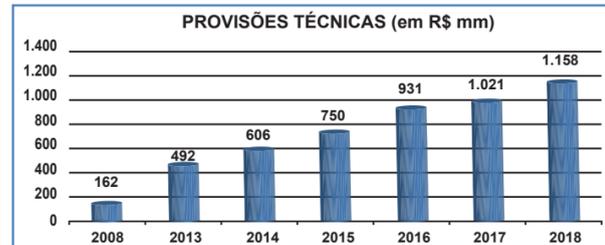
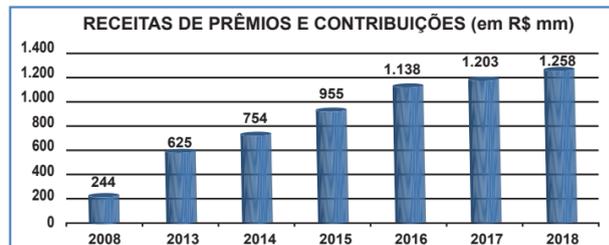


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Seguindo seu planejamento estratégico, a Mongeral Aegon realizou significativos investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando a contínua expansão de seus negócios e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Desenvolveu ainda estratégias específicas para o aumento expressivo das vendas e arrecadação, crescimento do número de corretores ativos, consolidação das parcerias comerciais existentes, criação de novas parcerias e canais de distribuição, desenvolvimento de novos produtos e fidelização de clientes. Em 2019, a companhia intensificará seus investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando inovação, crescimento e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Investirá ainda na revisão de processos, da capacitação da força de vendas, da inclusão de novos meios de cobrança e de estratégias para aumentar retenção de clientes e sua adimplência. **Desempenho:** Em 2018, apesar do momento econômico conturbado que o País atravessou, a Mongeral Aegon apresentou crescimento de 5% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 13% das Provisões Técnicas Líquidas de resseguro, que foram de R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,2 bilhão, respectivamente, demonstrando o sucesso alcançado nas estratégias de expansão e solidificação das operações da companhia. Com a finalidade da manutenção da base comparativa com períodos anteriores, caso considerássemos as receitas apuradas na SICOOB Seguradora, o total das Receitas de Prêmios e Contribuições seria de R\$ 1,6 bilhão, com crescimento expressivo de 17%. O crescimento das receitas está de acordo com a expectativa da Administração, uma vez que, a partir de março de 2017, todos os novos negócios e renovações gerados pela parceria com o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB foram implantados na SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S/A. Ainda conforme o planejado, em novembro de 2017, a carteira gerada pela parceria com o BANCOOB foi transferida da Mongeral Aegon para a SICOOB Seguradora. O total das Receitas de Prêmios e Contribuições apurado na SICOOB Seguradora foi de R\$ 336 milhões. Como a Mongeral Aegon não tem o controle sobre a SICOOB Seguradora, as demonstrações consolidadas não serão divulgadas. Em 2018, a companhia alcançou ainda crescimento de 28% em novas vendas de coberturas de riscos, principalmente individuais. A variação observada considera todas as vendas realizadas pela parceria com o BANCOOB, inclusive as implantadas na SICOOB Seguradora. Nos últimos dez anos, a companhia apresentou crescimento de 416% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 613% das Provisões Técnicas Líquidas de resseguro. Em 2018, as Despesas Administrativas cresceram 8%, abaixo da evolução das vendas de coberturas de riscos. O aumento contido das despesas frente aos fortes investimentos em crescimento, qualidade de serviços, ampliação da rede de distribuição, infraestrutura, tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, é resultado da forte disciplina financeira da companhia. A Mongeral Aegon intensificará o controle de despesas e a busca por maior eficiência operacional em 2019, com o objetivo de reduzir ainda mais o aumento das Despesas Administrativas. O Lucro Líquido de R\$ 41,2 milhões, 53% superior ao observado em 2017, está em linha com os objetivos da Administração para o período. Como consequência dos resultados alcançados e da contínua capitalização da companhia, o Patrimônio Líquido fechou o ano em R\$ 340 milhões. Os Ativos Totais cresceram 12% atingindo R\$ 1,8 bilhão. O capital total segurado pela companhia ultrapassou R\$ 390 bilhões, com aproximadamente 1,8 milhões de vidas seguradas. **Realizações e ampliação dos segmentos de atuação:** O ano de 2018 foi marcado por muitas

conquistas. Solidificamos as operações da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S/A em sociedade com o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB. O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao SICOOB, maior sistema financeiro cooperativo do país, que possui mais de 4,3 milhões de associados e 2,8 mil pontos de atendimento. Em novembro de 2017, a carteira gerada pela parceria com o BANCOOB foi transferida da Mongeral Aegon para a SICOOB Seguradora. No segmento de previdência complementar para os servidores públicos, em face dos convênios com os Órgãos Oficiais, a Mongeral Aegon consolidou a sua liderança e intensificou as operações de distribuição das coberturas de riscos de morte e invalidez oferecidas aos participantes dos planos de benefícios complementares da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM), da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRES-EXE), da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES) e da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (PREVCOM-MG). A empresa é líder na distribuição de planos de Previdência Associativa, posição que ocupa desde que foram regulamentados os fundos instituídos para categorias profissionais. Manteve a diversificação, expansão e a integração de seus canais de atuação, consolidando sua estratégia digital com a Loja Online e investimentos em Marketing Direto, viabilizando opções diferenciadas de serviços para as redes comerciais. Investiu em seu portfólio de produtos, mantendo mais de 20 soluções em seguros e previdência para a classe média brasileira, além de uma linha de produtos para público de alta renda (capitais de até R\$ 25 milhões), por meio de distribuição especializada. Adicionalmente, tem investido no desenvolvimento de produtos de microsseguro, possibilitando o atendimento completo aos seus clientes, independentemente de sua classe social. Alcançou excelentes resultados no NPS (Net Promoter Score - ferramenta para medir a satisfação e lealdade de clientes), com avaliação dos clientes e corretores-parceiros. Conquistou o sexto lugar entre as melhores empresas para se trabalhar no Rio de Janeiro e quinquagésimo sexto ao nível nacional, segundo a Great Place to Work (GPTW). Colheu os primeiros resultados da parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e com o IRB BrasilRE, o Insurtech Innovation Program, com o objetivo de formar profissionais que queiram transformar os mercados de seguros e resseguros por meio do desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços baseados em tecnologia. **Governança Corporativa:** A Mongeral Aegon possui Diretoria específica de controles internos e compliance, assim como Comitê de Auditoria. A companhia reforçou os investimentos na atualização e monitoramento de sua matriz de riscos, incrementando os sistemas de monitoramento de ações de prevenção à fraude e combate à lavagem de dinheiro, assim como o monitoramento de pessoas politicamente expostas. Foram realizados treinamentos aos agentes de controles internos e compliance que atuam dentro das diversas áreas da companhia. Foi dada continuidade ao desenvolvimento de sistema para formação de banco de dados de perdas operacionais. Todos os investimentos vêm sendo realizados para o alinhamento às melhores práticas de mercado e às políticas desenvolvidas pela Aegon. **Declaração:** Em atendimento à Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, a Mongeral Aegon declara sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **Agradecimentos:** A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado. **A Administração.**



BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		1.041.925	910.946
Disponível			
Caixa e bancos		929	2.197
Aplicações	7	767.999	671.610
Créditos das operações com seguros e resseguros		94.582	78.356
Prêmios a receber	9(a)	41.590	31.120
Operações com seguradoras		1.184	1.136
Operações com resseguradoras	9(c)	40.280	39.208
Outros créditos operacionais		11.528	6.892
Créditos das operações com previdência complementar		64.524	59.639
Valores a receber	9(b)	53.710	46.753
Créditos de resseguros	9(c)	9.368	11.241
Operações com repasses		1.446	1.645
Ativos de resseguro - provisões técnicas		47.480	41.331
Seguros	17(a)	30.084	26.148
Previdência		17.396	15.183
Títulos e créditos a receber		27.269	18.323
Títulos e créditos a receber		9.954	1.005
Créditos tributários e previdenciários	22(b)	10.921	9.576
Outros créditos			
Adiantamentos a funcionários		4.164	6.624
Adiantamentos administrativos		2.154	647
Outros		76	471
Outros valores e bens		2.171	1.570
Empréstimos e depósitos compulsórios		1.131	671
Despesas antecipadas		7.377	8.895
Custos de aquisição diferidos		28.463	28.354
Seguros	17(c)	23.267	21.861
Previdência	16(b)	5.196	6.493
Não circulante		764.139	701.073
Realizável a longo prazo		590.624	509.802
Aplicações	7	475.244	398.088
Ativos de resseguro - provisões técnicas		12.877	12.817
Seguros	17(a)	9.931	10.035
Previdência		2.946	2.782
Títulos e créditos a receber		62.308	66.430
Créditos tributários e previdenciários	22(b)	38.920	44.931
Depósitos judiciais e fiscais	20(c)	23.388	21.499
Outros valores e bens		-	32
Empréstimos e depósitos compulsórios		247	197
Despesas antecipadas		3.813	3.660
Custos de aquisição diferidos		36.136	28.578
Seguros	17(c)	30.688	19.322
Previdência	16(b)	5.448	9.256
Investimentos		42.681	39.011
Participações societárias	11	25.826	22.156
Imóveis destinados à renda	10	16.855	16.855
Imobilizado		53.834	58.551
Imóveis de uso próprio		20.369	21.086
Bens móveis		17.070	20.322
Outras imobilizações		16.395	17.143
Intangível		-	-
Outros intangíveis	13	77.000	93.709
Total do ativo		1.806.064	1.612.019

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		583.713	536.678
Contas a pagar		80.371	64.838
Obrigações a pagar	14	50.309	38.865
Impostos e encargos sociais a recolher		7.165	7.366
Encargos trabalhistas		13.044	11.923
Empréstimos e financiamentos	19	1.784	3.234
Impostos e contribuições		8.069	3.450
Débitos de operações com seguros e resseguros		43.827	48.292
Prêmios a restituir		-	3
Operações com seguradoras		176	313
Operações com resseguradoras		35.046	40.726
Corretores de seguros e resseguros		8.562	7.235
Outros débitos operacionais		43	15
Débitos de operações com previdência complementar		36.026	31.698
Débitos de resseguros	15(a)	29.551	26.373
Operações de repasses		388	390
Outros débitos operacionais		6.087	4.935
Depósitos de terceiros		23.531	8.501
Provisões técnicas - seguros		310.698	290.762
Danos		129.512	91.670
Pessoas		108.364	123.368
Vida individual		71.990	74.573
Vida com cobertura por sobrevivência		832	1.151
Provisões técnicas - previdência complementar		89.260	92.587
Planos bloqueados		711	756
Planos não bloqueados		87.702	90.773
PGBL/PRGP		847	1.058
Não circulante		881.918	756.955
Contas a pagar		8.907	9.483
Obrigações a pagar	14	600	667
Tributos diferidos	22(b)	6.051	5.097
Empréstimos e financiamentos	19	2.256	3.719
Débitos de operações com previdência complementar		25.257	29.104
Débitos de resseguros	15(a)	25.257	29.104
Provisões técnicas - seguros		462.420	361.856
Danos		12.401	11.060
Pessoas		35.038	24.761
Vida individual		179.964	97.953
Vida com cobertura por sobrevivência		235.017	228.082
Provisões técnicas - previdência complementar		355.704	329.786
Planos bloqueados		2.472	52
Planos não bloqueados		170.545	153.773
PGBL/PRGP		182.687	175.961
Outros débitos		29.630	26.726
Provisões judiciais	20	11.356	10.001
Outras Provisões		18.274	16.725
Patrimônio líquido		340.433	318.386
Capital social		130.939	130.939
Reservas de capital		35.815	35.815
Reserva de reavaliação		1.445	1.889
Reservas de lucros		174.228	151.513
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.994)	(1.770)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.806.064	1.612.019

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos	6 (a)	771.366	760.191
Contribuições para cobertura de riscos		429.309	385.804
Varição das provisões técnicas de prêmios		(121.316)	(72.121)
Prêmios ganhos		1.079.359	1.073.874
Sinistros ocorridos	23 (a)	(307.312)	(366.360)
Custos de aquisição - Seguros	23 (d)	(169.742)	(150.905)
Outras receitas e despesas operacionais - Seguros	23 (c)	(607)	(6.218)
Resultado com operações de resseguro	23 (b)	(9.932)	(10.902)
		(487.593)	(534.385)
Rendas de contribuições e prêmios		57.158	56.956
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(49.026)	(51.342)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		8.132	5.614
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		4.435	3.963
Varição de outras provisões técnicas		(20.217)	(21.220)
Custos de aquisição - Previdência	23 (d)	(138.326)	(140.592)
Outras receitas e despesas operacionais - Previdência	23 (e)	(8.640)	(14.387)
		(162.748)	(172.236)
Despesas administrativas	23 (f)	(313.693)	(289.997)
Despesas com tributos	23 (g)	(39.147)	(36.104)
Resultado financeiro	23 (h)	26.763	38.099
Resultado patrimonial	23 (i)	4.089	2.127
		(321.988)	(285.875)
Resultado operacional		115.162	86.992
Perdas com ativos não correntes		(18.382)	(17.597)
Resultado antes dos impostos e participações		96.780	69.395
Imposto de renda	22 (a)	(18.712)	(12.509)
Contribuição social	22 (a)	(11.078)	(10.435)
Participações sobre o resultado		(25.757)	(19.544)
Lucro líquido do exercício		41.233	26.907
Quantidade de ações		22.656.354	22.656.354
Lucro líquido por ação, básico e diluído (em R\$)21 (d)		1,82	1,20

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	41.233	26.907
Outros resultados abrangentes		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	380	75
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(156)	(25)
Resultado abrangente do semestre	41.457	26.957

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	41.233	26.907
Ajustes ao lucro líquido:		
Depreciações	9.242	8.981
Amortizações	19.562	17.431
Resultado de equivalência patrimonial	(4.089)	(2.127)
IR e CSLL diferidos	3.640	(2.136)
Participação sobre resultado	25.757	19.544
Baixa intangível	18.539	11.251
Baixa imobilizado	118	26
Perda por redução de valor recuperável de ativos	6.566	5.204
Provisões para contingências	3.482	3.246
Provisão de pró-labore parcerias	37.182	28.125
	161.232	116.452

Variações nas contas patrimoniais		
Aplicações financeiras	(173.545)	(109.766)
Créditos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar	(27.677)	(17.082)
Ativos de resseguros	(6.209)	(3.369)
Créditos fiscais e previdenciários	4.666	(4.885)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.889)	(1.246)
Despesas antecipadas	1.365	(3.541)
Custo de aquisição diferidos	(7.667)	3.963
Outros ativos	(9.119)	1.146
Contas a pagar	8.010	19.209
Débitos de operações com seguros, previdência e resseguros	(3.984)	(9.185)
Depósito de terceiros	15.030	(1.120)
Provisões técnicas	143.091	92.789
Provisões para contingências	(2.127)	(2.116)
Outras provisões	(35.632)	(19.925)
Caixa gerado pelas operações	65.545	61.324
Impostos e contribuições sobre lucros pagos	(22.845)	(30.019)
Pagamentos de juros	871	1.340
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	43.571	32.645
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Participação na seguradora Líder DPVAT	(20)	(45)
Aquisição de imobilizado	(4.643)	(8.932)
Aquisição de intangível	(21.392)	(20.980)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(26.055)	(29.630)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada à Travessa Belas Artes, 15 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. Aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sua transformação em uma seguradora de vida e previdência foi publicada no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2004, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 69. Pela Portaria nº 3.248, de 20 de maio de 2009, a SUSEP aprovou o acordo de *joint venture* entre a Mongeral e a Aegon Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora. Em 13 de outubro de 2017 foi aprovada pela SUSEP, através da Portaria nº 7.012, a transferência parcial da carteira de seguro de vida e previdência da Mongeral para o Sicob Seguradora, publicado no D.O.U. de 17 de outubro de 2017. A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2019.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Bases de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 5. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das principais políticas contábeis - (a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não, para investimento ou outros propósitos. **(b) Ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as seguintes categorias: **(i) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras". Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado. **(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação, tal designação se dará quando a Seguradora tiver a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa desconsiderando a existência desses títulos. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com o vencimento do título; e são avaliados pelo seu valor justo na data da aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. **(iii) Ativos disponíveis para venda:** A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é realizado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **(iv) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário. **(c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro:** A Seguradora classifica como contratos de seguros todas as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **(d) Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora. **(e) Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de janeiro de 2015 e Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA): **(i) Seguros:** • Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG): A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método "pro rata die", de acordo com as normas da SUSEP para os seguros de pessoas. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial. • Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): A provisão de sinistros a liquidar para seguros de pessoas corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de seguros de pessoas. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais. • Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais. • Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme nota técnica atuarial. Com a publicação da Circular SUSEP nº 517/15, esta provisão veio substituir a Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que foi extinta. **(ii) Previdência complementar:** As provisões técnicas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuarial legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). • Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBAC) e de Benefícios Concedidos (PMBCC): Representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e taxas de juros quando for o regime financeiro de capitalização. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada enquanto que a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se a aqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada. As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIE's). Abaixo, segue a composição dos encargos e taxa de carregamento das modalidades de seguros e previdência:

Produto	Descrição	Taxa de Juros	Taxa de Carregamento	Tábuas	Modalidade
1546	Vida Inteira	0	30	CSO 58	Seguros
1581	DIT	0	42	Experiência Própria	Seguros
1753	Whole Life Plus	3,5	10	CSO-80M	Seguros
1102	Pecúlio por Morte	0	30	CSO-80M	Previdência
1108	Pecúlio por Morte	0	30	CSO-58	Previdência
1103	Pecúlio por Invalidez	0	30	Álvaro Vindas	Previdência
1950	Vida em Grupo - Taxa Média	0	90	AT-83M	Seguros
1517	Pensão	4%	30	CSO-80	Previdência
1589	Pecúlio por Morte	0	5,53	CSO80	Previdência
1677	Private Solutions	3,5	Variável	Outros	Seguros

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG): É calculada para os planos de morte e invalidez de previdência e seguros de vida individual pelo método "pro rata die", com base nas contribuições e prêmios líquidos emitidos no mês, quando for o regime financeiro de repartição e tem por objetivo provisionar a parcela de contribuições e prêmios, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo. • Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar (PVR): Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de contribuições ou prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora. • Provisão de Excedentes Financeiros (PEF): É constituída para os planos de previdência, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato. As provisões técnicas relacionadas aos seguros do ramo DPVAT são registradas com base em informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. **(f) Custos de aquisição diferidos:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo o prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo. **(g) Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas:** Os sinistros decorrentes dos ramos de seguros de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural, incluem todos os eventos que ocorrem durante o exercício, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores. **(h) Imóveis destinados à renda:** Os imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) estão avaliados a custo deduzidos da depreciação acumulada. O valor de mercado (nota 10) é determinado apenas para fins de divulgação. **(i) Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem os escritórios de propriedade da Seguradora. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais reavaliação, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A Seguradora optou por manter até sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e, como segue:

Edificações	25 anos
Equipamentos de informática e telecomunicação	5 anos
Sistemas aplicativos	5 anos
Móveis, máquinas e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Aeronave	10 anos

(j) Intangível: O intangível refere-se aos custos com desenvolvimento de sistemas diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia cuja amortização se dará linearmente pelo prazo máximo de dez anos. Encontram-se classificados no Intangível todos os sistemas que estão sendo desenvolvidos pela Companhia. **(k) Recuperabilidade de ativos financeiros:** Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos. **(l) Ativos contabilizados ao custo amortizado:** Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço. Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados. Se, em exercício subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno. **(m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício/exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social das sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2018, conforme determinado pela Lei 13.169/15 (a partir de janeiro de 2019 a alíquota retorna a 15%). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devam ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. **(n) Passivos financeiros - financiamentos:** Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos e transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro. Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro. Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo prazo das operações. **(o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** Segundo o CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota". As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. Esse estudo é atualizado a cada data de balanço. No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não relacionada a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica "depósito judiciais e fiscais" no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza cível e trabalhista são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado do exercício como receita financeira. **(p) Teste de Adequação do Passivo (TAP):** Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11 – Contratos de Seguros, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base. O teste avalia as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes. Dessa forma, são avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data-base do teste, excluindo-se, ainda, os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa. O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzido das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxos de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas. A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixas futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não viesadas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábua biométrica BR-EMS e para premissa de invalidez 40% da tábua Álvaro Vindas. Utilizou-se as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ - TR, IGPM e IPCA) livre de risco definidas pela SUSEP para descontar a valor presente as estimativas correntes dos fluxos de caixas futuros. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratado para os passivos. O teste de adequação de passivo de 31 de dezembro de 2017 e 2018 indicou que as provisões constituídas nestas datas-base, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora. **(q) Benefícios a empregados - Obrigações de aposentadoria:** A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios a empregados participantes, estruturados nas modalidades de contribuição definida (Plano de Benefícios Mongeral) e contribuição variável (Plano de Benefícios nº 3). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido. Para a determinação do passivo da Entidade é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto no CPC 33 – Benefícios a empregados, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado. A Companhia faz contribuições para o Mongeral Aegon Fundo de Pensão, uma entidade separada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **(r) Reconhecimento de receita:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. As receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidas quando ocorre o efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independentemente do seu recebimento. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme metodologia definida em nota técnica atuarial. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. **(s) Resultado por ação:** Em atendimento ao CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Mongeral Aegon não possuía ações preferenciais. Desta forma, não há diferenças no cálculo do lucro por ação básico e diluído, nos termos do CPC 41 – Resultado por Ação.

4. Normas novas, alterações e interpretações de normas: As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e/ou pelo "International Accounting Standards Board" (IASB): IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilização de hedge. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, entretanto, para empresas reguladas pela SUSEP, a vigência é aplicável de acordo com as orientações deste regulador. A SUSEP não se manifestou acerca do CPC 48 (IFRS 9) até o presente momento. IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente – a norma estabelece critérios para o reconhecimento de receitas com clientes, mas não é aplicável aos prêmios de seguros. As receitas com contratos de seguros são orientadas pelo CPC 11 – Contratos de Seguros. No que não contrarie a circular SUSEP nº 561/2017 aplicam-se integralmente as disposições e critérios estabelecidos na norma. A entidade não identificou impactos para alteração dos seus registros no escopo dessa norma. IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil – Entrará em vigor em 1º de janeiro 2019. De acordo com a definição do CPC, o contrato de arrendamento é um contrato que transfere ao cliente "locatário" o direito de usar um ativo por um período de tempo em troca de uma contraprestação financeira. Pela nova contabilização, todos os bens relevantes alugados deverão ser tratados como financeiros no balanço. A Seguradora está analisando os possíveis impactos da adoção dessa norma. A SUSEP não se manifestou sobre a adoção desse pronunciamento até o presente momento. IFRS 17 – Contrato de Seguros – Essa norma passará a vigorar em 1º de janeiro de 2021, mas é permitida a aplicação antecipada. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O IFRS 17 substitui o IFRS 4, que foi referenciado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC através do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Seguradora está analisando os possíveis impactos da adoção dessa norma. A SUSEP não se manifestou sobre a adoção desse pronunciamento até o presente momento.

5. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **(a) Provisões técnicas - Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco:** Para contratos de seguro dos ramos de seguros

de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos. No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estimam-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL ou PBAR) e de sinistros ocorridos mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em nota técnica atuarial. A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores, quando aplicável, e índices esperados de perdas. O comportamento histórico de sinistros e eventos é analisado tipicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. As premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam, não sendo consideradas premissas sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados remotos, possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas. Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros e previdência. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência. **(b) Custos de aquisição diferidos:** Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo o prazo de diferimento dos custos de aquisição de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo. **(c) Avaliação da obrigação por benefícios a empregados:** Os custos relativos aos planos patrocinados do Mongeral Aegon Fundo de Pensão são determinados anualmente pela avaliação atuarial, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios. A avaliação atuarial envolve premissas sobre taxas de juros, taxas esperadas de retorno sobre ativos, rotatividade, taxas de mortalidade e de invalidez. **(d) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguos e resseguros:** Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguos e resseguros. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu provisão de valores recuperáveis para a operação de seguros. Em relação a resseguros, não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados. **(e) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível:** A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. **(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **(g) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **(h) Provisões para contingências:** A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. **6. Gestão de risco de seguro e risco financeiro - (a) Gestão de risco de seguro:** O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição de risco acima é reduzida por meio de diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto a resseguradores locais (IRB-Brasil Re S.A. e Scor Brasil Resseguros S.A.) e a resseguradores admitidos (Scor Global Life Americas Reinsurance Company, Hannover Rück SE e RGA Global Reinsurance Company LTD). A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para todas as coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto às resseguradoras estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Dos riscos cedidos em Resseguro, mais de 70% destinam-se ao Ressegurador Local e os demais distribuídos entre os Resseguradores Admitidos.

Resseguradores por Categoria de Risco			
Nome Ressegurador	Tipo de Atuação	Agência Classificadora	Classificação de Risco
3162-3 - IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	A. M. Best Company	A-
3155-1 - SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	Standard & Poor's	BBB
4149-1 - HANNOVER RÜCK SE	Admitida	A. M. Best Company	A+
4149-1 - HANNOVER RÜCK SE	Admitida	Standard & Poor's/FITCH	AA-
4466-1 - SCOR GLOBAL LIFE AMERICAS REINSURANCE COMPANY	Admitida	A. M. Best Company	A+
4466-1 - SCOR GLOBAL LIFE AMERICAS REINSURANCE COMPANY	Admitida	Standard & Poor's/FITCH	AA-
4817-8 - RGA GLOBAL REINSURANCE COMPANY LTDA	Admitida	Standard & Poor's	AA-

Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha "Vida Toda" temporários de 5 a 20 anos, produtos com cobertura vitalícia, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição simples e de capitais de cobertura, pagos de forma única e sob a forma de renda. Existem ainda produtos voltados para a terceira idade e para policiais com taxas ajustadas aos perfis de risco, coberturas para funeral e serviços diversos. Para a gestão dos riscos de seguros, a Seguradora revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela Superintendência Técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras. Há limites diferenciados de capital segurado por cobertura, região, ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva e pela Presidência da Seguradora. Visando a melhor diversificação possível, a Seguradora tem aumentado sua opção de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional. Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

Ramo	2018			2017		
	Prêmios Emitidos Líquidos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento	Prêmios Emitidos Líquidos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento
Acidentes pessoais coletivos	82.390	16%	19%	97.708	22%	17%
Acidentes pessoais individuais	26.775	12%	19%	21.397	18%	17%
Auxílio funeral	20.029	16%	19%	19.781	12%	17%
Doenças graves ou doença terminal	27.223	13%	19%	16.666	16%	17%
DPVAT	33.791	81%	1%	34.144	84%	1%
Perda de certificado de habilitação de voo	3.867	36%	19%	3.787	54%	17%
Dotal misto	38.397	0%	19%	58.919	0%	17%
Prestamista	11.220	29%	19%	38.829	68%	17%
Renda de eventos aleatórios	138.614	26%	19%	129.346	29%	17%
Seguro de vida produtor rural	-	-	-	7.736	87%	17%
Vida em grupo	82.153	53%	19%	100.206	57%	17%
Vida individual	306.907	12%	19%	231.672	18%	17%
	<u>771.366</u>			<u>760.191</u>		

O índice de comissionamento foi calculado a partir do % médio praticado nos estudos de viabilidade econômica (*pricing*), que se baseia no comissionamento real pago pela Seguradora. Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que em um médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação à taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta Seguradora em seus produtos. A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Seguradora acompanha o movimento mundial incrementando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Acompanham-se sistematicamente os impactos gerados nos excedentes financeiros dos contratos de seguros. Porém, como poucos são os planos que o preveem e dado o baixo nível de conversibilidade, este é considerado como de baixo impacto. As potenciais exposições e/ou concentrações de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais, observadas a localidade e linha de negócios. Estes apontam as ações corretivas a serem aplicadas na região e/ou linha de negócio, quando necessárias. O quadro abaixo exibe a concentração do risco, na região e no ramo de seguro, baseados no prêmio bruto e líquido de resseguro.

Distribuição de prêmio bruto de resseguro						
Ramos	2018					Total Geral
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos	3.842	7.261	2.287	59.851	9.149	82.390
Acidentes pessoais Individuais	2.626	2.289	536	17.528	3.796	26.775
Auxílio Funeral	1.049	1.070	212	15.563	2.136	20.030
Doenças Graves ou Doença Terminal	1.646	2.299	1.070	12.468	1.878	19.361
DPVAT	3.333	6.486	1.995	15.404	6.573	33.791
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	44	22	10	3.749	42	3.867
Dotal Misto	3.919	4.642	763	20.166	8.906	38.396
Prestamista	5	529	-	10.307	381	11.222
Renda de eventos aleatórios	10.994	28.158	7.570	71.032	20.861	138.615
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	(2)	-	(2)
Vida em Grupo	3.065	3.743	1.076	60.358	13.912	82.154
Vida Individual	29.859	22.315	5.176	206.973	42.582	306.905
Total	<u>61.051</u>	<u>79.747</u>	<u>21.129</u>	<u>498.461</u>	<u>110.978</u>	<u>771.366</u>

Distribuição de prêmio líquido de resseguro						
Ramos	2018					Total Geral
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos	3.746	7.079	2.230	58.347	8.919	80.321
Acidentes pessoais Individuais	2.386	2.079	487	15.923	3.448	24.323
Auxílio Funeral	1.049	1.070	212	15.563	2.136	20.030
Doenças Graves ou Doença Terminal	1.646	2.299	1.070	12.468	1.878	19.361
DPVAT	3.333	6.486	1.995	15.404	6.573	33.791
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	36	18	8	3.082	35	3.179
Dotal Misto	3.919	4.642	763	20.166	8.906	38.396
Prestamista	5	496	-	9.654	357	10.512
Renda de eventos aleatórios	8.614	22.061	5.931	55.653	16.344	108.603
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	(20)	-	(20)
Vida em Grupo	2.930	3.578	1.028	57.693	13.298	78.527
Vida Individual	28.918	21.612	5.013	200.451	41.240	297.234
Total	<u>56.582</u>	<u>71.420</u>	<u>18.737</u>	<u>464.384</u>	<u>103.134</u>	<u>714.257</u>

Ramos	Distribuição de prêmio bruto de resseguro					Total Geral
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos	3.579	7.519	2.139	75.301	9.171	97.709
Acidentes pessoais Individuais	2.273	1.852	499	13.487	3.287	21.398
Auxílio Funeral	972	953	188	15.705	1.964	19.782
Doenças Graves ou Doença Terminal	1.331	2.004	1.048	10.777	1.506	16.666
DPVAT	3.223	6.234	1.997	15.955	6.735	34.144
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	24	21	9	3.701	32	3.787
Dotal Misto	6.026	5.704	1.039	34.301	11.850	58.920
Prestamista	7	110	26	38.645	41	38.829
Renda de eventos aleatórios	9.970	26.286	6.938	65.945	20.207	129.346
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	7.735	-	7.735
Vida em Grupo	2.891	4.297	1.180	77.807	14.030	100.205
Vida Individual	24.578	19.160	3.683	151.456	32.793	231.672
Total	<u>54.874</u>	<u>74.140</u>	<u>18.746</u>	<u>510.815</u>	<u>101.616</u>	<u>760.191</u>

Ramos	Distribuição de prêmio líquido de resseguro					Total Geral
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos	3.524	7.404	2.106	74.147	9.030	96.211
Acidentes pessoais Individuais	2.079	1.694	456	12.335	3.006	19.570
Auxílio Funeral	972	953	188	15.705	1.964	19.782
Doenças Graves ou Doença Terminal	926	1.394	729	7.498	1.048	11.595
DPVAT	3.223	6.234	1.997	15.955	6.735	34.144
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	19	17	7	2.943	25	3.011
Dotal Misto	6.026	5.704	1.039	34.301	11.850	58.920
Prestamista	7	110	26	37.260	41	37.444
Renda de eventos aleatórios	7.508	19.796	5.225	49.664	15.218	97.411
Seguro de Vida Produtor Rural	-	-	-	7.206	-	7.206
Vida em Grupo	2.803	4.167	1.144	75.440	13.604	97.158
Vida Individual	23.653	18.439	3.544	145.753	31.558	222.947
Total	<u>50.740</u>	<u>65.912</u>	<u>16.461</u>	<u>478.207</u>	<u>94.079</u>	<u>705.399</u>

Testes de sensibilidade: A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança possível e razoável nas seguintes variáveis: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade, mortalidade, sobrevivência e inflação. Estas variáveis são as mesmas requisitadas através da Circular SUSEP nº 517/2015. A variável inflação não tem impacto nestes indicadores uma vez que é um risco mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Desta maneira, um choque na inflação tem o mesmo impacto tanto no passivo quanto no ativo. A variável do índice de conversibilidade também não gera impacto, uma vez que a Seguradora utiliza atualmente a premissa de 100% na apuração de nossas provisões. O impacto da sinistralidade em 31 de dezembro de 2018 foi testado através do aumento e redução de premissas relevantes, para seguros e previdência respectivamente, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido, conforme tabela abaixo:

Variáveis	Premissas	Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido	
		Bruto de Resseguro	% Resultado
Sinistralidade	Aumento de 1,00%	(1.512)	(3,67)
Sinistralidade	Redução de 1,00%	1.512	3,67

Variáveis	Premissas	Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido	
		Líquido de Resseguro	% Resultado
Sinistralidade	Aumento de 1,00%	(1.073)	(2,60)
Sinistralidade	Redução de 1,00%	1.073	2,60

Variáveis	Premissas	Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido	
		Bruto de Resseguro	% Resultado
Sinistralidade	Aumento de 5,00%	(5.983)	(14,51)
Sinistralidade	Redução de 5,00%	5.983	14,51

Variáveis	Premissas	Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido	
		Líquido de Resseguro	% Resultado
Sinistralidade	Aumento de 5,00%	(4.560)	(11,06)
Sinistralidade	Redução de 5,00%	4.560	11,06

A sensibilidade da redução e/ou aumento de 1% de taxa de juros, como também 50% em persistência, 15% de mortalidade, 20% em sobrevivência e 25% de entrada em invalidez, foi testada pela Administração. O resultado da análise não impactou, de forma relevante, o passivo, o resultado e o patrimônio líquido do exercício. **(b) Risco de mercado:** Risco de mercado pode ser definido como a volatilidade de resultados inesperados, relacionados com a possibilidade de perdas em atividades no mercado financeiro. Podem, por exemplo, ocorrer prejuízos como resultado da movimentação da taxa de juros, alteração dos níveis cambiais e índices de mercado, entre outros. Destacam-se como principais composições na carteira da Seguradora investimentos pré-fixados e indexados aos índices de preços IPCA e IGP-M. Vale ressaltar que os ativos marcados na curva, ou seja, aqueles ativos que serão carregados até seus respectivos vencimentos, são precificados em função das taxas acordadas quando de suas aquisições. Para os ativos marcados a mercado (MtM), a precificação se dá através da utilização de preços/estruturas de taxas de juros correntes e referenciais de mercado. As principais ferramentas e variáveis de risco considerados na análise da carteira são: o Value at Risk (VaR), que pode ser definido como a perda potencial de um portfólio dado um intervalo de confiança, em um período de tempo; o DV01 que é a análise de sensibilidade de todos os fluxos de pagamento da carteira; e os testes de estresse que são choques geralmente horizontais nos preços de mercado. Tais análises são realizadas pela equipe técnica da Seguradora, calçada de sistema específico de risco de mercado a fim de preservar o patrimônio da Seguradora bem como suportar o planejamento e controle para tomadas de decisões. A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade nos principais grupos de ativos financeiros marcados a mercado da Seguradora.

Grupo	Aumento de 1% na taxa	Queda de 1% na taxa
PRE	(445)	445
CDI	3.332	(3.332)
IPCA	(3.934)	3.934

(c) Risco de crédito: O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (*ratings*). • *Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos:* Com o objetivo de administrar a sua exposição ao risco de crédito, a Seguradora possui uma política de investimentos onde são priorizados os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito privado com boa classificação de risco pelas maiores agências de classificação de risco. O cumprimento da referida política é acompanhado pelo departamento de Investimentos, que está subordinado à diretoria financeira da Seguradora. A gestão de riscos de crédito da Seguradora é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa da Companhia e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimentos não exclusivos, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*:

Emissor	Rating	Agência	2018	2017
Aegea	Aaa.br	Moody's	3.699	-
AES Tietê	Aa1.br	Moody's	5.049	4.274
Algar Telecom	brAAA	S&P	6.127	5.730
Arteris	brAAA	S&P	782	535
Banco ABC	Aa2.br	Moody's	6.236	5.522
Banco Alfa	AA(bra)	Fitch	7.556	8.043
Banco BBM	Aaa.br	Moody's	1.574	2.833
Banco Bradesco	Aa1.br	Moody's	7.513	3.299
Banco Daycoval	AA(bra)	Fitch	4.953	3.101
Banco do Brasil	AA(bra)	Fitch	3.82	

	2018		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Seguros			
Passivo			
Contas a pagar	46.615	5.166	51.781
Provisões técnicas - seguros	181.186	450.019	631.205
Provisões técnicas - DPVAT	129.512	12.401	141.913
Débitos das operações com seguros	43.827	-	43.827
Depósitos de terceiros	5.170	-	5.170
Total passivo	406.310	467.586	873.896
			2018
Previdência			
Ativo			
Caixa e bancos	390	-	390
Aplicações	262.914	199.602	462.516
Créditos das operações com previdência complementar	64.524	-	64.524
Ativos de resseguros - provisões técnicas	17.396	2.946	20.342
Títulos e créditos a receber	11.453	10.376	22.468
Outros valores e bens	912	-	912
Empréstimos e depósitos compulsórios	475	104	579
Total ativo	358.064	213.028	571.092
Passivo			
Contas a pagar	33.756	3.741	37.497
Provisões técnicas - previdência	89.260	355.704	444.964
Débitos das operações com previdência complementar	36.026	25.257	61.283
Depósitos de terceiros	18.361	-	18.361
Total passivo	177.403	384.702	562.105

	2017		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Seguros			
Ativo			
Caixa e bancos	1.230	-	1.230
Aplicações	318.495	222.929	541.424
Aplicações DPVAT	102.868	-	102.868
Créditos das operações com seguros e resseguros	78.356	-	78.356
Ativos de resseguros - provisões técnicas	26.148	10.035	36.183
Títulos e créditos a receber	10.261	37.201	47.462
Outros ativos	879	18	897
Empréstimos e depósitos compulsórios	376	110	486
Total ativo	538.613	270.293	808.906
Passivo			
Contas a pagar	36.309	5.310	41.619
Provisões técnicas - seguros	199.092	350.796	549.888
Provisões técnicas - DPVAT	91.670	11.060	102.730
Débitos das operações com seguros	48.292	-	48.292
Depósitos de terceiros	2.346	-	2.346
Total passivo	377.709	367.166	744.875
			2017
Previdência			
Ativo			
Caixa e bancos	967	-	967
Aplicações	250.247	175.159	425.406
Créditos das operações com previdência complementar	59.639	-	59.639
Ativos de resseguros - provisões técnicas	15.183	2.782	17.965
Títulos e créditos a receber	8.062	29.229	37.291
Outros ativos	691	14	705
Empréstimos e depósitos compulsórios	295	87	382
Total ativo	335.084	207.271	542.355
Passivo			
Contas a pagar	28.529	4.173	32.702
Provisões técnicas - previdência	92.587	329.786	422.373
Débitos das operações com previdência complementar	31.698	29.104	60.802
Depósitos de terceiros	6.155	-	6.155
Total passivo	158.969	363.063	522.032

(e) Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo. • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	2018			2017				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo Financeiros	387.913	344.332	929	733.174	298.521	322.923	2.197	623.641
Caixa e bancos	-	-	929	929	-	-	2.197	2.197
Aplicações financeiras	387.913	344.332	-	732.245	298.521	322.923	-	621.444
Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado	386.945	344.332	-	731.277	297.173	322.923	-	620.096
Recibo de depósitos bancários	-	13.870	-	13.870	-	13.164	-	13.164
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	1.021	-	-	1.021
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT	142.014	-	-	142.014	102.868	-	-	102.868
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	65.975	-	-	65.975	68.526	-	-	68.526
Quotas de fundos de investimentos multimercado	59.740	-	-	59.740	78.411	-	-	78.411
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	8.651	-	-	8.651	9.367	-	-	9.367
Fundos Especialmente Constituídos:								
Letras financeiras do tesouro	58.554	-	-	58.554	2.035	-	-	2.035
Letras do tesouro nacional	12.212	-	-	12.212	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional série - B	22.013	-	-	22.013	18.290	-	-	18.290
Notas do tesouro nacional série - F	-	-	-	-	7.066	-	-	7.066
Operação compromissada	17.958	-	-	17.958	9.772	-	-	9.772
Outros	-172	-	-	-172	-183	-	-	-183
Quotas de fundos de investimento	-	326.128	-	326.128	-	308.305	-	308.305
Outras aplicações	-	4.334	-	4.334	-	1.454	-	1.454
Títulos disponíveis para venda	968	-	-	968	1.348	-	-	1.348
Ações de companhias de capital aberto	968	-	-	968	1.348	-	-	1.348

	2018							
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Título mensurados a valor justo por meio do resultado	606.670	31.828	2.403	12.212	54.538	23.626	731.277	731.277
Recibo de depósitos bancários	-	13.870	-	-	-	-	13.870	13.870
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	65.975	-	-	-	-	-	65.975	65.975
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT	142.014	-	-	-	-	-	142.014	142.014
Quotas de fundos de investimentos multimercado	59.740	-	-	-	-	-	59.740	59.740
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	8.651	-	-	-	-	-	8.651	8.651
Fundos especialmente constituídos:								
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	38.617	19.937	58.554	58.554
Letras do tesouro nacional	-	-	-	12.212	-	-	12.212	12.212
Notas do tesouro nacional série B	-	-	2.403	-	15.921	3.689	22.013	22.013
Operação compromissada	-	17.958	-	-	-	-	17.958	17.958
Outros (contas a pagar)	(172)	-	-	-	-	-	(172)	(172)
Quotas de fundos de investimento	326.128	-	-	-	-	-	326.128	326.128
Outras aplicações	4.334	-	-	-	-	-	4.334	4.334
Títulos disponíveis para venda	968	-	-	-	-	-	968	968
Ações de companhias de capital aberto	968	-	-	-	-	-	968	968
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	35.753	38.232	89.013	348.000	510.998	567.638
Fundos especialmente constituídos:								
Letras do Tesouro Nacional	-	-	15.102	15.710	-	-	30.812	31.111
Notas do tesouro nacional série B	-	-	20.651	22.522	81.280	232.465	356.919	385.559
Notas do tesouro nacional série C	-	-	-	-	7.733	115.534	123.267	150.968
Total geral	607.638	31.828	38.156	50.444	143.551	371.626	1.243.243	1.299.883

	2017							
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Título mensurados a valor justo por meio do resultado	568.748	13.164	7.407	6	12.860	17.911	620.096	620.096
Recibo de depósitos bancários	-	13.164	-	-	-	-	13.164	13.164
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	1.021	-	1.021	1.021
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	68.526	-	-	-	-	-	68.526	68.526
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT	102.868	-	-	-	-	-	102.868	102.868
Quotas de fundos de investimentos multimercado	78.411	-	-	-	-	-	78.411	78.411
Quotas de fundos de investimentos de renda variável	9.367	-	-	-	-	-	9.367	9.367
Fundos especialmente constituídos:								
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-

	2017							
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	2.035	-	2.035	2.035
Notas do tesouro nacional série B	-	-	7.407	6	9.804	1.073	18.290	18.290
Notas do tesouro nacional série F	-	-	-	-	-	7.066	7.066	7.066
Operação compromissada	-	-	-	-	-	9.772	9.772	9.772
Outros (contas a pagar)	(183)	-	-	-	-	-	(183)	(183)
Quotas de fundos de investimento	308.305	-	-	-	-	-	308.305	308.305
Outras aplicações	1.454	-	-	-	-	-	1.454	1.454
Títulos disponíveis para venda	1.348	-	-	-	-	-	1.348	1.348
Ações de companhias de capital aberto	1.348	-	-	-	-	-	1.348	1.348
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	50.166	25.089	82.682	290.317	448.254	483.345
Fundos especialmente constituídos:								
Letras do Tesouro Nacional	-	-	37.618	5.220	-	-	42.838	43.842
Notas do tesouro nacional série B	-	-	12.548	19.869	75.659	181.455	289.531	304.383
Notas do tesouro nacional série C	-	-	-	-	7.023	108.862	115.885	135.120
Total geral	570.096	13.164	57.573	25.095	95.542	308.228	1.069.698	1.104.789

O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos de renda variável foi obtido a partir do preço divulgado pela Bovespa. Os títulos públicos federais, classificados como Mantidos até o Vencimento, foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Em 31 de dezembro de 2018, a Seguradora possui capacidade financeira para manter os títulos mantidos até o vencimento nesta categoria. Não ocorreram movimentações de classificação de títulos entre as categorias. **(b) Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Seguradora possuía em seus fundos de investimento exclusivos, contratos futuros de depósito interfinanceiro (DI). Os valores dos ajustes diários são contabilizados diariamente dentro do fundo de investimento especialmente constituído. A posição, em quantidade de contratos, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Futuro	Posição	Referência	Vencimento	2018	2017	Objetivo
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2018	-	348	Hedge
IND	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/02/2018	-	30	Hedge
ISP	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/03/2018	-	10	Hedge
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	02/01/2019	-	63	Hedge
WDO	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2019	2	-	Hedge
WDO	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/02/2019	1	-	Hedge
WIN	Vendido	Depósito interfinanceiro	01/02/2019	3	-	Hedge
IND	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/02/2019	25	-	Hedge
DAP	Vendido	Depósito interfinanceiro	02/05/2019	-	5	Hedge
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	01/07/2019	-	21	Hedge
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	02/01/2020	-	5	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2020	-	2	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/07/2020	135	25	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/07/2020	-	195	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2021	-	39	Hedge
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	04/01/2021	4	-	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	03/01/2022	2	3	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	03/01/2022	1	-	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	03/01/2022	2	-	Hedge
DAP	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/08/			

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de valores a receber de previdência complementar, está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(13.026)
Constituições	(37.296)
Valores revertidos ou baixados	37.158
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(13.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(13.354)
Constituições	(25.277)
Valores revertidos ou baixados	25.605
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(13.026)

(c) Operações com resseguradoras

	2018	2017
Comissão	21.925	21.160
Custos	3.576	2.910
Pró-Labore	421	(1.978)
Sinistros	14.358	17.116
Crédito das operações seguros	40.280	39.208
Comissão	2	10
Pró-Labore	1.658	5.797
Sinistros	7.708	5.434
Créditos das operações previdência	9.368	11.241

O critério para constituição para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração as perdas históricas calculadas pelo montante de arrecadações em relação ao montante de emissões nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2018, não foi identificado necessidade de constituição de provisão de valor recuperável considerando o histórico de recebimentos da operação de resseguro.

10. Imóveis destinados a renda: Em 31 de dezembro de 2018, o imóvel da Companhia destinado a renda está apresentado a seguir:

	Custo	Reavaliação	Total	Valor de mercado
Terrenos destinados a renda Residencial Farol de Santa Marta	16.590	265	16.855	25.346

Os valores de mercado dos imóveis destinados a renda (propriedades para investimento) são determinados anualmente somente para fins de divulgação conforme requerido pelo CPC 28 – Propriedade para investimento.

11. Participações societárias

(a) Movimentação dos investimentos

	2018	2017
Posição Inicial	22.156	20.516
Aumento de capital	-	-
Lucro por equivalência Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A	4.089	2.127
Aumento participação Seguradora Líder - DPVAT	20	45
Dividendos a receber	(439)	(532)
Posição final	25.826	22.156

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de participação societária é composto por SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A no valor de R\$ 25.357 (R\$ 21.707 em 31 de dezembro de 2017), e Seguradora Líder – DPVAT no valor de R\$ 469 (R\$ 469 em 31 de dezembro de 2017). Foi constituído dividendos a receber da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. no valor de R\$ 971 para Mongeral Aegon em 31 de dezembro de 2018. Em Assembléia geral ordinária dos acionistas do SICOOB realizada em 29 de março de 2018, foi deliberado a destinação dos lucros que definiu a constituição da reserva especial para dividendo mínimo obrigatório e retenção de lucros, definindo que não seriam distribuídos dividendos aos acionistas. Logo, foi realizado o estorno da provisão de R\$ 532 de dividendos a receber da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A..

(b) Participação societária

Nome	País	Negócio	Relacionamento	Participação	2018 - 2017	Nº de ações
Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.	Brasil	Seguros e Previdência	Controlada em conjunto	50%	20.000	
Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT	Brasil	Seguros	Coligada	1%	236	

Em 27 de abril de 2016, a companhia Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A depositou no Banco do Brasil o valor de R\$ 20.000 a título de adiantamento para constituição da nova seguradora SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. ("SICOOB") conforme orientação da SUSEP. Em outubro de 2016 foi autorizado o início das operações da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. O valor depositado para constituição foi incorporado ao patrimônio da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social. A SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. é uma sociedade de capital fechado, cujo controle é exercido de forma compartilhada pela Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A e pelo BANCOOB Participações em Seguridade S.A ("BANCOOB"), cada qual detendo 50% do capital constituído. A participação nos lucros e a distribuição de dividendos aos acionistas são realizadas de forma desproporcional à participação acionária (20% Mongeral e 80% BANCOOB), pois leva em consideração a expectativa da remuneração do capital aportado e quantidade de ações preferenciais detidas pelo BANCOOB. Concluída a remuneração do capital aportado, as ações preferenciais serão convertidas em ações ordinárias e a participação nos lucros e a distribuição de dividendos passarão a ser proporcionais à participação de cada acionista no capital social (50% Mongeral e 50% BANCOOB). A SICOOB cujo patrimônio líquido é de R\$ 66.787 auferiu um resultado de R\$ 20.446 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que corresponde a um resultado de equivalência patrimonial de R\$ 4.089 para a Mongeral.

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2017	Aquisições	Baixas	Depreciações	2018
Terreno para uso próprio		777	-	-	-	777
Edificações	4%	20.309	358	-	(1.075)	19.592
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	11.436	1.192	-	(4.348)	8.280
Móveis, máquinas e utensílios	10%	8.791	1.141	(118)	(1.357)	8.457
Veículos	20%	95	286	-	(48)	333
Outras imobilizações (*)	10%	17.143	1.666	-	(2.414)	16.395
Total		58.551	4.643	(118)	(9.242)	53.834

	Taxa anual de depreciação	2016	Aquisições	Baixas	Depreciações	2017
Terreno para uso próprio		777	-	-	-	777
Edificações	4%	20.382	967	-	(1.040)	20.309
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	13.372	2.536	(9)	(4.463)	11.436
Móveis, máquinas e utensílios	10%	8.625	1.579	(17)	(1.396)	8.791
Veículos	20%	138	1	-	(44)	95
Outras imobilizações (*)	10%	15.332	3.849	-	(2.038)	17.143
Total		58.626	8.932	(26)	(8.981)	58.551

(*) Refere-se principalmente à aquisição de aeronave no valor de R\$ 4.338 em 2016.

13. Intangível

	2017	Adições	Baixas	Amortizações	2018
Desenvolvimento de software (*)	93.652	21.392	(18.539)	(19.562)	76.943
Marcas e patentes	57	-	-	-	57
Total	93.709	21.392	(18.539)	(19.562)	77.000
Desenvolvimento de software (*)	101.681	20.653	(17.431)	(11.251)	93.652
Marcas e patentes	57	-	-	-	57
Total	101.738	20.653	(17.431)	(11.251)	93.709

(*) Em 2018, a Companhia baixou R\$ 18.183 de intangíveis, líquidos de amortização, registrados na conta de perdas com ativos não correntes na demonstração do resultado (R\$ 17.431 em 31 de dezembro de 2017).

14. Obrigações a pagar

	2018	2017
Circulante		
Fornecedores	10.645	9.493
Participação nos lucros a pagar	24.170	18.864
Dividendos a pagar	9.748	6.410
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	4	-
Outras obrigações a pagar	5.742	4.098
	50.309	38.865
Não circulante		
Outras obrigações a pagar	600	667
	600	667
Total	50.909	39.532

15. Débitos de operações com previdência complementar - (a) Operações de Resseguros: Em 2 de fevereiro de 2016, a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A firmou contrato de resseguro financeiro com o IRB – Brasil Resseguros SA pelo prazo de 10 anos, recebendo antecipadamente a título de comissão de resseguro o montante de R\$ 40.000, que é amortizado conforme performance do contrato. O saldo de débitos de resseguros no exercício é de R\$ 54.808 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 55.477) no circulante e não circulante referente a esse contrato.

16. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos - previdência complementar

(a) Demonstração da movimentação das provisões técnicas

	2017	Consti-tuições	Reversões/baixas	Encargos financeiros	2018
Circulante					
Provisão de sinistros a liquidar	37.552	1.545.859	(1.548.023)	1.701	37.089
Provisão de prêmios não ganhos	20.324	498.233	(496.028)	-	22.529
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	28.685	7.243	(11.974)	-	23.954
Provisão de resgates ou valores a regularizar	4.157	21.419	(21.695)	-	3.881
Provisão de despesas administrativas	1.869	772	(834)	-	1.807
Total	92.587	2.073.526	(2.078.554)	1.701	89.260

	2017	Consti-tuições	Reversões/baixas	Encargos financeiros	2018
Não circulante					
Provisão matemática de benefícios concedidos	101.764	153.166	(140.213)	-	114.717
Provisão matemática de benefícios a conceder	228.002	68.052	(75.838)	18.397	238.613
Provisão de excedente financeiro	17	-	(10)	-	7
Provisão de riscos não expirados	-	1	-	-	1
Outras provisões	3	2.363	-	-	2.366
Total	329.786	223.582	216.061	18.397	355.704

	2016	Consti-tuições	Reversões/baixas	Encargos financeiros	2017
Circulante					
Provisão de sinistros a liquidar	31.132	1.459.536	(1.454.933)	1.817	37.552
Provisão de prêmios não ganhos	20.747	477.841	(478.264)	-	20.324
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	28.325	4.234	(3.874)	-	28.685
Provisão de resgates ou valores a regularizar	3.523	150.996	(150.362)	-	4.157
Provisão de despesas administrativas	1.821	848	(800)	-	1.869
Total	85.548	2.093.455	(2.088.233)	1.817	92.587

	2016	Consti-tuições	Reversões/baixas	Encargos financeiros	2017
Não circulante					
Provisão matemática de benefícios concedidos	115.318	150.101	(163.655)	-	101.764
Provisão matemática de benefícios a conceder	205.695	94.633	(90.579)	18.253	228.002
Provisão de excedente financeiro	21	7	(11)	-	17
Outras provisões	6	2	(5)	-	3
Total	321.040	244.743	(254.250)	18.253	329.786

(b) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos

	2018	2017
Saldo no início do exercício	15.749	13.423
Constituições	1.592	9.285
Apropriações	(6.697)	(6.959)
Saldo no final do exercício	10.644	15.749
Circulante	5.196	6.493
Não Circulante	5.448	9.256

17. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos – seguros

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela de resseguro		(=) Provisão líquida	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Acidentes pessoais coletivos						
Provisões de prêmios não ganhos	2.442	2.282	95	49	2.347	2.233
Sinistros a liquidar	13.635	13.766	278	460	13.357	13.306
Sinistros ocorridos e não avisados	10.221	12.949	2.804	3.007	7.417	9.942
Provisão de despesas relacionadas	826	142	-	-	826	142
	27.124	29.139	3.177	3.516	23.947	25.623

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela de resseguro		(=) Provisão líquida	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Vida em grupo						
Provisões de prêmios não ganhos	4.284	4.743	91	70	4.193	4.673
Sinistros a liquidar	20.156	22.774	357	140	19.799	22.634
Sinistros ocorridos e não avisados	10.193	13.259	2.796	3.079	7.397	10.180
Provisão de despesas relacionadas	892	276	-	-	892	276
	35.525	41.052	3.244	3.289	32.281	37.763

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela de resseguro		(=) Provisão líquida	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
DPVAT						
Sinistros a liquidar	15.365	13.433	-	-	15.365	13.433
Sinistros ocorridos e não avisados	125.960	88.724	-	-	125.960	88.724
Provisão de despesas relacionadas	588	573	-	-	588	573
	141.913	102.730	-	-	141.913	102.730

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela de resseguro		(=) Provisão líquida	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Renda de eventos aleatórios						
Provisões de prêmios não ganhos	6.245	5.954	1.173	1.436	5.072	4.518
Sinistros a liquidar	14.942	12.492	7.282	6.122	7.660	6.370
Sinistros ocorridos e não avisados	16.797	16.923	4.607	3.930	12.190	12.993
Provisão de despesas relacionadas	787	261	-	-	787	261
	38.771	35.630	13.062	11.488	25.709	24.142

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela de resseguro		(=) Provisão líquida	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Perda certificado de habilitação de voo						
Provisões de prêmios não ganhos	66	67	6	12	60	55
Sinistros a liquidar	1.639	1.847	496	454	1.143	1.393
Sinistros ocorridos e não avisados	456	510	125	118	331	392
Provisão de despesas relacionadas	168	5	-	-	168	5
	2.329	2.429	627	584	1.702	1.845

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela de resseguro		(=) Provisão líquida	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Acidentes pessoais individuais						
Provisões de prêmios não ganhos	1.255	977	163	122	1.092	855
Sinistros a liquidar	7.720	6.212				

CONSOLIDADO					
Seguros	2015	2016	2017	2018	Total
Estimativa Data-Base (A)	125.779	169.984	199.379	124.628	619.770
Pagamentos Efetuados (B)	120.692	161.435	182.563	101.029	565.719
Represent. dos Pagamentos (C) = (A) / (B)	95,96%	94,97%	91,57%	81,06%	91,28%
Sinistros Pendentes (D) = (A) - (B)	5.087	8.549	16.815	23.598	54.049
Sinistros Pendentes Fora da Análise					13.171
PSL Pendente Contabilizada					67.192

• Desenvolvimento do Segmento de Previdência e Vida Individual

AVISADOS				
PREV+VI	2015	2016	2017	2018
No ano	77.834	104.062	98.489	108.090
1 ano após	93.834	121.535	116.353	
2 anos após	96.343	125.025		
3 anos após	98.848			

PAGAMENTOS				
PREV+VI	2015	2016	2017	2018
No ano	70.418	87.046	86.262	92.825
1 ano após	89.296	114.944	112.335	
2 anos após	91.642	117.998		
3 anos após	93.680			

CONSOLIDADO					
PREV+VI	2015	2016	2017	2018	Total
Estimativa Data-Base (A)	98.848	125.025	116.353	108.090	448.315
Pagamentos Efetuados (B)	93.680	117.998	112.335	92.825	416.839
Represent. dos Pagamentos (C) = (A) / (B)	94,77%	94,38%	96,55%	85,88%	92,98%
Sinistros Pendentes (D) = (A) - (B)	5.167	7.027	4.018	15.265	31.477
Sinistros Pendentes Fora da Análise					30.860
PSL Pendente Contabilizada					62.318

A primeira tabela demonstra a estimativa bruta de sinistros incorridos acumulados para aquele ano de análise, onde se incluem todos os movimentos dos sinistros avisados em PSL (pagos ou não), com suas respectivas reavaliações, reaberturas e negativas. Conseqüentemente, a segunda tabela demonstra o desenvolvimento dos encerramentos destes sinistros via pagamento de indenização aos beneficiários. Até a data-base desta nota, verifica-se que em média, nos últimos quatro anos, a Companhia paga mais de 90% dos sinistros pendentes, independente do segmento atuante. Verifica-se que o nível de aviso de sinistros decai, no que se refere ao ano de 2018 e no segmento de Seguros de Pessoas, mediante a migração da carteira prestamista à Sicoob Seguradora. O sinistro tem apresentado um crescimento gradativo a cada ano, onde se pode observar que, no segmento da carteira de Previdência e Vida Individual, apresenta, em 2018, um crescimento de 9,74% em relação aos sinistros que ocorreram em 2017 e foram avisados no mesmo ano.

SEGUROS			PREV+VI		
Ocorrência	Pagamento Único	Judicial	Pagamento Único	Renda	Judicial
2018	22.918	680	14.435	67	698
2017	11.956	4.859	1.783	174	2.078
2016	3.275	5.244	2.663	235	4.124
2015	621	4.466	135	232	4.834
Antes de 2015	1.548	11.623	1.933	892	28.035
Total	40.318	26.872	20.949	1.600	39.769

SEGUROS			PREV+VI		
Ocorrência	Pagamento Único	Judicial	Pagamento Único	Renda	Judicial
2018	56,8%	2,5%	68,9%	4,2%	1,8%
2017	29,7%	18,1%	8,5%	10,9%	5,2%
2016	8,1%	19,5%	12,7%	14,7%	10,4%
2015	1,5%	16,6%	0,6%	14,5%	12,2%
Antes de 2015	3,8%	43,3%	9,2%	55,8%	70,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Como pode ser verificado acima, os sinistros que são pagos de forma única e são regulados de forma administrativa, possuem 5,7% do valor total dos processos pendentes com mais de 4 anos ocorridos, o que demonstra agilidade na concessão do benefício. A cauda, como pode-se verificar acima, dos sinistros pendentes corresponde aos sinistros judiciais, pois possuem naturalmente um tempo maior de conclusão.

19. Empréstimos e financiamentos

	2018					2017					Taxa Men-sal	Vencimento
	Prazo	Valor do con-trato		Total	Valor do con-trato	Valor do con-trato		Total	Taxa Men-sal	Vencimento		
		curto prazo	longo prazo			curto prazo	longo prazo					
Bradesco S.A.	29	1.035	402	179	581	1.018	439	304	743	0,69%	Até 09/2021	
CIT	36	3.117	332	-	332	4.650	1.470	332	1.802	1,58%	Até 03/2019	
IBM	36	-	-	-	-	1.088	55	-	55	1,38%	Até 01/2018	
SG Finance	36	-	-	-	-	1.376	321	-	321	1,36%	Até 07/2018	
Safra	30	565	161	-	161	565	213	161	374	1,26%	Até 11/2019	
Daycoval	60	4.338	849	2.064	2.913	4.338	736	2.922	3.658	1,29%	Até 11/2021	
Santander	24	80	40	13	53	-	-	-	-	0,88%	Até 04/2020	
Total		9.135	1.784	2.256	4.040	13.035	3.234	3.719	6.953			

Os empréstimos e financiamentos supracitados não possuem ativos da Seguradora dados em garantia destes e os contratos de empréstimo não apresentam cláusulas de *covenants* e nem possuíram custos de captação.

20. Provisões para contingências

(a) Detalhamento das provisões para contingências por probabilidade de perda

Probabilidade de perda	Quantidade	2018		2017	
		reclamado	provisionado	reclamado	provisionado
Contingências fiscais					
Possível	66	22.878	-	-	-
Total	66	22.878	-	-	-
Contingências trabalhistas					
Provável	48	6.106	6.106	6.106	4.640
Possível	37	5.596	-	-	-
Remota	13	2.603	-	-	-
Total	98	14.305	6.106	6.106	4.640
Contingências benefícios					
Provável	292	39.275	31.813	31.106	31.106
Possível	856	91.201	32.832	30.691	30.691
Remota	176	20.421	2.042	320	320
Total	1.324	150.897	66.687	62.117	62.117
Contingências cíveis					
Provável	142	5.250	5.250	5.361	5.361
Possível	422	24.719	-	-	-
Remota	90	1.459	-	-	-
Total	654	31.428	5.250	5.361	5.361

(b) Movimentação das provisões judiciais

	2018					2017				
	Fiscais	Trabalhistas (i)	Benefícios (ii)	Cíveis (i)	Total	Fiscais	Trabalhistas (i)	Benefícios (ii)	Cíveis (i)	Total
No início do exercício	-	4.640	62.117	5.361	72.118	-	4.640	62.117	5.361	72.118
Constituições/reestimativas	-	1.584	12.141	1.493	15.218	-	1.584	12.141	1.493	15.218
Liquidações	-	(154)	(7.621)	(1.973)	(9.748)	-	(154)	(7.621)	(1.973)	(9.748)
Atualizações	-	36	50	369	455	-	36	50	369	455
No final do exercício	-	6.106	66.687	5.250	78.043	-	6.106	66.687	5.250	78.043
Total										
No início do exercício	-	5.307	49.773	3.564	58.644	-	5.307	49.773	3.564	58.644
Constituições/reestimativas	-	799	19.239	1.857	21.895	-	799	19.239	1.857	21.895
Liquidações	-	(1.652)	(8.039)	(464)	(10.155)	-	(1.652)	(8.039)	(464)	(10.155)
Atualizações	-	186	1.144	404	1.734	-	186	1.144	404	1.734
No final do exercício	-	4.640	62.117	5.361	72.118	-	4.640	62.117	5.361	72.118

(i) Registrado em Outros Débitos – Provisões Judiciais; (ii) Registrado em Provisões Técnicas.

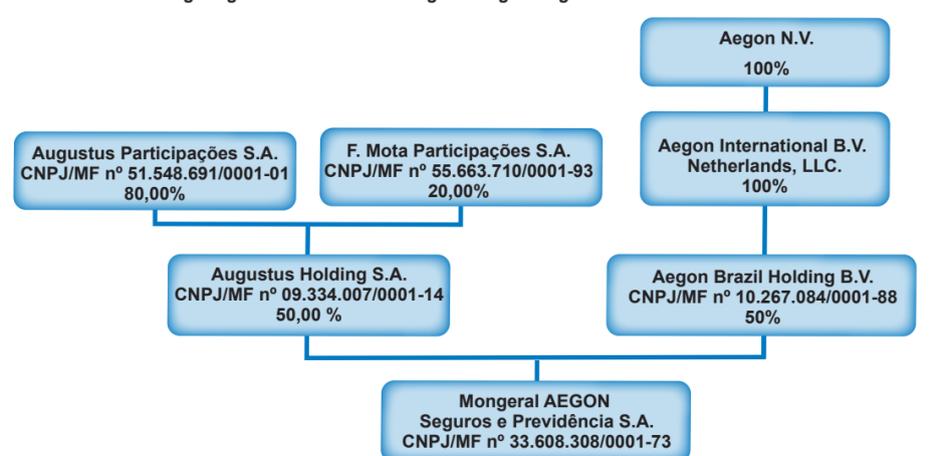
(c) Depósitos judiciais

	2018	2017
Sinistros	8.600	7.564
Tributos	10.737	10.089
Trabalhistas	1.538	1.270
Cíveis e administrativos	2.513	2.576
Total	23.388	21.499

(d) Descrição resumida das principais ações: *Fiscais:* Existem 66 processos de natureza tributária, dos quais 47 a Seguradora é parte ré e 19 a Seguradora parte é autora, sendo que todas as mencionadas ações possuem probabilidades de perda "possível". Com relação à COFINS, há uma ação em curso (a Companhia é ré), com probabilidade "possível", com valor total de R\$ 2.742 e com fatos geradores compreendidos entre fevereiro de 1999 a dezembro de 2000, na qual a Seguradora pleiteia o direito de não recolher a contribuição, assim como a compensação do que foi pago indevidamente. Com relação à CSLL, há uma causa com probabilidade "possível", com valor total de R\$ 8.360 com fato gerador até março de 2004, período no qual a Seguradora era uma entidade sem fins lucrativos e, portanto pleiteia a inexistência de fato gerador. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 10.737 (2017 – R\$ 10.089). *Cíveis:* Existem 654 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação dos quais 646 a Seguradora é parte ré e 8 a Seguradora é parte autora. Tais processos envolvem principalmente a discussão referente à devolução de contribuições. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão apenas para os casos classificados com probabilidade de perda provável, à ordem de 100% do valor em risco. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Seguradora para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Outros Passivos Contingentes - Contingências Cíveis", no montante de R\$ 5.250. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 2.513 (2017 – R\$ 2.576). *Trabalhistas:* As ações trabalhistas, que somam o total de 98 ações, referem-se a ações movidas por ex-funcionários e por ex-prestadores de serviços que pleiteiam o vínculo empregatício. Essas ações encontram-se em diversas fases de tramitação motivo pelo qual a previsão de desembolso fica prejudicada. O provisionamento é efetuado com base na classificação de risco de perda de cada ação. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 1.538 (2017 – R\$ 1.270). *Benefícios:* Existem 1.324 processos de natureza benefício (relacionados a sinistros) que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios e resgates de previdência complementar. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. O critério de contabilização das provisões referente aos processos de benefícios são os seguintes: 10% para causas remotas (2017 - 2%), 36% para as causas possíveis (2017 - 43%) e 81% para as causas prováveis (2017 - 91%). Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Seguradora para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Reservas Técnicas" no montante de R\$ 66.687. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 8.600 (2017 – R\$ 7.564).

21. Patrimônio líquido - (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 22.656.354 ações ordinárias sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de Março de 2017, os acionistas da Seguradora deliberaram aumento do capital no montante de R\$ 11.752, com a emissão 850.330 novas ações ordinárias, o qual foi aprovado pela SUSEP através da Portaria 322, de 9 de Maio de 2017.

Organograma Societário - Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.



(b) Reservas de lucros: A reserva de lucros inclui a reserva legal que é constituída por valor correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, constituída no final de cada exercício social. O saldo das reservas de lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo o limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A Companhia destinou o excesso da reserva de lucros para aumento de capital em março de 2017, no valor de R\$ 11.752. A reserva de reavaliação está apresentada líquida dos encargos tributários sendo realizada na proporção em que os ativos que lhes deram origem são depreciados. A reserva de capital refere-se a reserva especial de ágio no montante de R\$ 35.815, oriunda da incorporação da Aegon Brasil Holding Ltda, realizada em 18 de maio de 2011. **(c) Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 31 de dezembro de 2017 foram propostos dividendos no valor de R\$ 6.410. Em assembleia geral ordinária realizada em 29 de março de 2018, foi estornada para reserva especial de dividendos por decisão dos acionistas e conselho da Seguradora. Em 02 de agosto de 2018, em assembleia geral ordinária deliberou-se a aprovação da distribuição de dividendos no valor de R\$ 15.000 milhões proporcionalmente aos acionistas provenientes dos recursos na reserva de retenção de lucros da companhia. Em 31 de dezembro de 2018 foram propostos dividendos no valor de R\$ 9.748, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício deduzidos da destinação para reserva legal. **(d) Lucro por ação - básico e diluído:** Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício, considerando a data de aprovação da integralização de capital pela SUSEP. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido do exercício	41.233	26.907
Denominador (número de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	22.656.354	22.355.826
	1,82	1,20

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por Ação. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

(e) Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e exigência de capital

Descrição	2018	2017
Patrimônio líquido contábil	340.433	318.386
(-) Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	(25.826)	(22.156)
(-) Despesas antecipadas	(11.190)	(12.555)
(-) Intangível	(77.000)	(93.709)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(30.963)	-
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-)	195.454	189.966
Capital Base	15.000	15.000
Capital de Risco de Subscrição	142.984	121.635
Capital de Risco de Crédito	18.806	25.400
Capital de Risco Operacional	3.272	2.991
Capital de Risco de Mercado	183.346	313.175
Benefício da correlação de riscos	(76.930)	(86.536)
Capital de Risco	271.478	376.665
Exigência de Capital - CMR	271.478	376.665
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-)	195.454	189.966
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	143.626	256.850
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. econômicos (+/-)	339.080	446.816
(-) Exigência de Capital - CMR	271.478	376.665
Suficiência/(insuficiência) do PLA	67.602	70.151
Suficiência de capital (%)	24,90%	18,62%

Constata-se que o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da companhia é superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme Resolução SUSEP nº 343, de 26 de dezembro de 2016.

22. Imposto de renda e contribuição social

(a) Encargos com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	2018	2017
Resultado antes dos impostos e participações	96.780	69.395
Participação nos lucros	(25.757)	(19.544)
Base de cálculo	71.023	49.851
Alíquota nominal	45%	45%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	31.960	22.433
Diferenças permanentes	(2.170)	511
Despesa de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	29.790	22.944
Imposto de renda e contribuição social corrente	26.150	25.080
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.640	(2.136)
Total	29.790</	

(*) Lei nº 13.169/2015 - Em 6 de outubro de 2015 a Medida Provisória nº 675 foi convertida na lei nº 13.169/2015 e aumentou a alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas, definidas no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.212/1991, quais sejam, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas. Dessa forma, a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, válido a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornará a 15%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se, principalmente, a provisão para redução do valor recuperável de prêmios e valores a receber, provisão para contingências e provisão para pagamento de pro-labore a parceiros. A realização de créditos diferidos ocorrerá conforme a realização das provisões. O benefício fiscal gerado pela incorporação será realizado até 2021.

23. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado

(a) Sinistros ocorridos

	2018	2017
Indenizações avisadas	(164.871)	(197.431)
Indenizações DPVAT	(20.209)	(20.093)
Despesas com sinistros	(8.645)	(8.863)
Despesas com benefícios/Planos de pecúlio	(122.938)	(126.621)
Recuperação de sinistros	64	(4)
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	4.497	(12.903)
Variação de eventos ocorridos mas não avisados	4.730	(359)
Variação de despesas relacionadas do IBNR	60	(86)
	(307.312)	(366.360)

(b) Resultado com operações de resseguro

	2018	2017
Repasse	(107.822)	(100.085)
Recuperação de sinistros	97.890	89.183
	(9.932)	(10.902)

(c) Outras receitas e despesas operacionais – seguros

	2018	2017
Receita com emissão de apólice	3.909	3.024
Despesas com cobrança	(4.166)	(2.988)
Consortio DPVAT	2.291	(716)
Provisão para risco de créditos duvidosos	(6.427)	(5.532)
Outras	3.786	(6)
	(607)	(6.218)

(d) Custos de aquisição - previdência e seguros

	2018	2017
Despesas de corretagem e agenciamento	(181.797)	(164.862)
Despesas de custeamento de vendas	(18.782)	(13.506)
Despesas com serviços técnicos	(1.546)	(1.104)
Consultoria comercial	(46.492)	(52.461)
Campanha de venda	(8.476)	(7.479)
Marketing	(39.047)	(38.364)
Transporte de malotes	(2.460)	(2.771)
Treinamento e desenvolvimento	(4.914)	(6.030)
Outras	(4.554)	(4.920)
	(308.068)	(291.497)

Seguros	(169.742)	(150.905)
Previdência	(138.326)	(140.592)

(e) Outras receitas e despesas operacionais – previdência

	2018	2017
Serviço funeral	2.120	2.225
Receitas c/serviços de distribuição	990	996
Processos judiciais	(3.344)	(5.009)
Serviço funeral	(10.465)	(12.292)
Serviços assistenciais	890	(626)
Taxa de administração	(2.594)	(2.489)
Provisão para riscos sobre valores a receber	(139)	328
Parceria comercial	(97)	(5.571)
Outras	3.999	8.051
	(8.640)	(14.387)

(f) Despesas administrativas

	2018	2017
Pessoal próprio	(185.434)	(184.652)
Serviços de terceiros	(38.114)	(28.963)
Localização e funcionamento	(73.368)	(66.316)
Publicidade e propaganda	(5.590)	(3.743)
Despesas com donativos e contribuições	(5.909)	(2.656)
Jornais e revistas	(252)	(313)
Publicações	(387)	(422)
Multas	(93)	(227)
Convênio DPVAT	(4.172)	(2.346)
Outras	(374)	(359)
	(313.693)	(289.997)

(g) Despesas com tributos

	2018	2017
Impostos	(1.296)	(1.189)
Contribuições (*)	(35.726)	(33.399)
Taxa de fiscalização	(2.028)	(1.417)
Outras	(97)	(99)
	(39.147)	(36.104)

(*) Refere-se principalmente a PIS e COFINS sobre receita de prêmios e contribuições emitidos.

(h) Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Títulos de renda fixa	866	1.212
Receitas com fundos de investimentos	92.384	92.464
Outras receitas financeiras	2.956	1.722
Despesas financeiras		
Despesas financeiras sobre provisões técnicas	(69.181)	(56.862)
Outras	(262)	(437)
	26.763	38.099

(i) Resultado patrimonial

	2018	2017
Equivalência patrimonial(*)	4.089	2.127
	4.089	2.127

(*) O resultado de equivalência patrimonial é relativo a participação na Sicoob Seguradora.

24. Aposentadorias e Pensões: A Seguradora efetuou contribuições de R\$2.328 (R\$1.756 em 31 de dezembro de 2017) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de benefício definido integralmente custeados pela Seguradora destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas". Como resultado da avaliação atuarial relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora mantém provisão de R\$ 360 (R\$ 377 em 31 de dezembro de 2017), de acordo com os requerimentos do CPC 33, registrada na rubrica "Obrigações a Pagar".

25. Transações com Partes Relacionadas: A Administração identificou, como partes relacionadas à Companhia, operações com as empresas Mongeral Aegon Investimentos, Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda, Sênior Services do Brasil Adm. Serviços Ltda, Mongeral Aegon Holding Ltda, Winsocial Administradora de Benefícios Ltda e Instituto de Longevidade Mongeral Aegon. A Companhia efetuou pagamentos para Mongeral Aegon Administração de Benefícios referente a serviços prestados de agenciamento que totalizaram R\$ 69 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 80), para Winsocial Administradora de Benefícios Ltda referente a serviços prestados de desenvolvimento de software que totalizaram R\$ 1.810 e para o Instituto de Longevidade Mongeral Aegon referente a doações que totalizaram R\$1.250. A seguradora teve o recebimento de R\$ 26 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 18) relativo à operação de seguro dos funcionários Mongeral Aegon Investimentos, Mongeral Aegon Administração de Benefícios e Sênior Services do Brasil Adm. e Serviços Ltda. A despesa incorrida até a data de 31 de dezembro de 2018 com a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 18.646 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 16.046). A seguradora tem o saldo de Títulos e créditos a receber do Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A no valor de R\$ 4.198 em 31 de dezembro de 2018.

DIRETORIA		
Helder Molina Diretor-Presidente	Osmar Navarini Diretor	Marcelo da Motta Abreu Contador - CRC RJ 096032/O6
José Carlos Gomes Mota Diretor	Luiz Claudio do Amaral Friedheim Diretor	Nelson Emiliano Costa Atuário - MIBA Registro 1068
Nuno Pedro Correia David Diretor	Raphael de Almeida Barreto Diretor	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Membros titulares	Nilton Molina (Presidente) Kent Gerard Callahan (Vice-Presidente) Fernando Rodrigues Mota	Helder Molina Timothy Francis Kneeland Dennis Patrick Gallagher
Membros suplentes	Sara Molina	Sergio Luiz Fernandes de Mello Junior

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. - Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial

que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Rua do Russel 804 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil 22210-907 CNPJ 02.646.397/0004-61 - CIBA 105	Carlos Eduardo Silva Teixeira MIBA 729
---	---

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

O Comitê de Auditoria da MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A ("MONGERAL AEGON") é órgão estatutário, instituído pela Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária de 31 de março de 2017 e no âmbito de suas atribuições, está subordinado ao Conselho de Administração e em funcionamento de acordo com a Resolução CNSP nº 321 de 15 de junho de 2015. De acordo com o que estabelece seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração na supervisão da elaboração das demonstrações financeiras da Mongeral Aegon, na avaliação da prestação dos serviços de auditoria externa, além do acompanhamento das atividades da área de controles internos e avaliação da efetividade da auditoria interna e na supervisão da implementação e operacionalização da estrutura de gestão de riscos. O Comitê de Auditoria desenvolveu os trabalhos conforme seu Regimento Interno e plano de atividades para o ano de 2018. Com base nos resultados das atividades desenvolvidas, e nos pareceres dos auditores independentes, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de

Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2018 da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. Ainda, no cumprimento das suas atribuições, e conforme disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e no seu Regimento Interno, nada veio ao conhecimento do Comitê de Auditoria durante os seus trabalhos, que o leve a considerar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A não estejam estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como das disposições legais e dos normativos regulatórios vigentes. O relatório completo das atividades do Comitê encontra-se arquivado na sede da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019.

Cleide de Sant'Anna Pacheco Presidente do Comitê de Auditoria	José Américo Peón de Sá Membro do Comitê de Auditoria	Paulo Roberto Pisaurro Membro do Comitê de Auditoria
--	--	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades**

do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019.

 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP00160/O-5	Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira Contador CRC 1RJ056588/O-4
--	--